Sumário

Prefácio 9

Apresentação 11

Capítulo I — Teletrabalho Transnacional: Necessidade de Padronização de Tratamento Jurídico 15

1.1. Flexibilização e Desregulamentação do Direito do Trabalho 17

1.2. O Direito do Trabalho Líquido 22

1.3. Nova Realidade do Mercado de Labor e a "Reengenharia" Trabalhista presente no Teletrabalho 24

1.4. *Dumping* Social no Teletrabalho Transnacional 28

1.5. Teletrabalho Transnacional: Formas de Padronização de Tratamento Jurídico 34

Capítulo II — Os Direitos Fundamentais e a Jurisprudência 41

2.1. Direitos Fundamentais de Primeira Geração e a Jurisprudência de Conceitos 44

2.2. Direitos Fundamentais de Segunda Geração e a Jurisprudência de Interesses 48

2.3. Direitos Fundamentais de Terceira Geração, o Estado Democrático de Direito e a Jurisprudência de Valores 51

Capítulo III — Hermenêutica e a Opção pelos Pobres 58

3.1 A "Opção pelos Pobres" e o Princípio da Vedação do Retrocesso 62

Capítulo IV — Atuação Judicial no Teletrabalho Transnacional 69

Capítulo V — Equivalência Jurídica entre Trabalhador Imigrante e Teletrabalhador Transnacional 79

5.1. Analogia 84

5.2. Seguridade Social 85

5.3. Analogia entre o Trabalhador Imigrante e o Teletrabalhador Transnacional para fins da Seguridade Social 86
5.4. Isonomia Trabalhista entre Trabalhador Imigrante e o Teletrabalhador Transnacional 89

Capítulo VI — Pactuação Coletiva Transnacional 92
6.1. Atuação Sindical no Teletrabalho Transnacional 94
6.2. Direitos Fundamentais e sua Aplicação nas Relações Privadas 100
6.3. Tribunal de Justiça da União Europeia e os Pactos Coletivos Transnacionais 109
6.4. Contrato Coletivo Transnacional 113
6.5. Pactuação Coletiva e o Teletrabalho Transnacional 117

Capítulo VII — Regramento Internacional Único do Teletrabalho Transnacional .. 124
7.1. Harmonização de Normas e Unificação de Legislação 130
7.2. Formatação do Regramento Internacional Único do Teletrabalho Transnacional .. 135
7.2.1. Interconstitucionalidade 137
7.2.2. Transconstitucionalismo 142
7.2.3. Interconstitucionalismo, Transconstitucionalismo e o Teletrabalho Transnacional 148
7.3. Parâmetros para a Regulamentação Única do Teletrabalho Transnacional 151
7.4. Avença Normativa Plurilateral Global Unitária sobre Teletrabalho Transnacional. 158

Conclusões 164

Referências Bibliográficas 173